



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Política de Educação**

## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO NEOLIBERAL: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E O PROCESSO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.**

**ANA CAROLINA SOARES CARDOSO<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Neste artigo abordaremos algumas reflexões sobre Estado, educação, organismos internacionais e a reforma do ensino superior no Brasil, fazendo uma contextualização das ações educacionais implementadas no Brasil, com mais intensidade, no decorrer da década de 1990, na qual sob a perspectiva de organismos internacionais foi apresentado como campo de ação dos objetivos do modo de produção capitalista na atualidade.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Organismos internacionais; Ensino superior; Reforma educacional.

### **ABSTRACT**

In this article we will address some reflections on the State, education, international organizations and the reform of higher education in Brazil, making a contextualization of the educational actions implemented in Brazil, with more intensity, during the 1990s, in which from the perspective of international organizations it was presented as a field of action for the objectives of the current capitalist mode of production.

**Keyword:** Neoliberalism; International bodies; University education; Educational reform.

### **1. Introdução**

O artigo busca refletir sobre a função da educação na sociedade capitalista, como ela é oferecida as classes sociais e principalmente no ensino superior, aprofundando na reforma neoliberalista do ensino superior e os objetivos dessa reforma. No primeiro tópico abordaremos uma linha temporal da importância da educação no sistema capitalista até chegarmos ao atual

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará

neoliberalismo, no segundo tópico é investigado o cunho das reformas educacionais no Brasil, em especial a reforma do ensino superior, seus ganhos, perdas e desafios ainda vigentes.

## 2. A educação no modo de produção capitalista

As reflexões que tratam sobre educação e capitalismo chamam atenção para a lógica que persiste neste modo de produção, a qual se apresenta na constante reafirmação de seu domínio em todos os âmbitos da sociedade, particularmente, no fato de utilizar todos os meios possíveis de dominação para sua reprodução social. Conforme os estudos de Frigotto (1999), na obra intitulada “Educação e a Crise do Capitalismo Real”, destaca que o capitalismo nasceu no século XV, e tem como fundamentos originais a propriedade privada e a acumulação de capital que originou a divisão de classes, divisão esta que produziu a dominação de uma classe sobre a outra.

A lógica apresentada por Frigotto (1999, p. 34) nos leva a refletir a respeito da forma como o sistema capitalista subordina e utiliza todas as esferas sociais da vida cotidiana para a própria consolidação de sua doutrina. O autor discorre sobre o papel da educação na implantação dos princípios capitalistas na mente da classe trabalhadora para além dessa função, aponta que cabe a educação a formação dos sujeitos, e ressalta que essa formação é diferenciada mediante sua classe social.

Mészáros (2018, p. 26) na obra “Educação para além do Capital”, apresenta a reflexão de que o sistema educacional formal se desenvolve no sentido de manter a reprodução da ideologia do capital, pois apresenta suas ações direcionadas a corresponder às exigências do mercado.

Para, além disso, Mészáros (2018, p. 32) ressalta um novo papel assumido pela educação, nos últimos cento e cinquenta anos, ou seja, de transmitir a população os valores do capital.

A educação institucionaliza, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu [...] o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...] num ambiente de dominação estrutural, hierárquica e de subordinação (Mészáros, 2018, p. 32).

O autor apresenta no trecho o propósito que a educação adquire dentro do sistema capitalista, evidenciando o papel fundamental desta na reprodução de ideologias de alienação e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

apontando a subordinação e manipulação da educação, diante dos interesses econômicos de consolidação do sistema em todos os sujeitos, especialmente na classe dominada, posto que essas orientações norteiem o ensino público.

Em seus textos sobre a educação Marx e Engels (2004), destacam que a visão do mercado sobre o processo de educação da classe trabalhadora é de que quanto menor for o tempo para formação de um trabalhador, menor será seu salário, visto que o custo de sua formação foi baixo; ainda no mesmo texto, os autores apresentam qual o posicionamento da educação oferecida pelo Estado à classe trabalhadora, “O verdadeiro significado da educação [...] é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho [...] possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível.”(Marx; Engels, 2004, p. 91).

Considerando todo esse cenário, fica evidente que o sistema neoliberal vigente tem o propósito de oferecer uma instrução mínima e focalizada ao trabalhador, sempre impondo um limite em sua educação, para que este não venha desenvolver uma visão mais concreta da exploração que sofre, para que esse trabalhador tenha uma formação técnica e que consolide o sistema vigente e não uma educação crítica que os leve a revolução e transformação de sua realidade.

Sendo o Neoliberalismo um modelo econômico que deriva do liberalismo clássico, situado dentro de um contexto pós-crise de superprodução da década de 1970, período este, marcado por movimentos sindicais bem estruturados que, segundo Montão e Duriguetto (2011, p. 62) representaram uma ameaça ao capital e ao Liberalismo, que se reestrutura mediante a crise, emergindo assim o Neoliberalismo.

O sistema Neoliberal tem como fundamentos, segundo Montão e Duriguetto (2011, p.63-64) o posicionamento de Estado mínimo, a perspectiva da função central do Estado em promover uma estrutura para o mercado, bem como deve prestar serviços que o mercado não fornece; tal sistema apresenta como fundamentos a liberdade, a igualdade; sendo conforme os autores Montão e Duriguetto (2011, p.63-64), o princípio da liberdade baseado na livre concorrência do mercado e o princípio da igualdade direcionado ao desenvolvimento de um padrão de indivíduo ideal, ao qual a sociedade deve se encaixar.

É importante destacar o Neoliberalismo tem a premissa da igualdade, tendo em foco que ela fornece a estrutura necessária para a livre concorrência do mercado, mas para, além disso, o Estado também viabiliza a população condições mínimas para que se mantenham, posto que

esse papel não é assumido pelo mercado e o Estado deve suprir as necessidades que o mercado não supri.

De acordo com Montão e Duriguetto (2011, p. 65), o Estado Neoliberal busca a dominação pela via do consenso e, para isso, “esse Estado [...] mantém uma certa política social-assistencial, claramente precária e direcionada às pessoas e grupos que não logram ascender aos patamares de sobrevivência”.

Mediante o exposto, fica clara a utilização de políticas sociais pelo Estado Neoliberal. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 63), a Políticas Sociais surgem a partir da organização e pressão da classe trabalhadora sobre o Estado, mediante as lutas sociais a classe trabalhadora garantiu os direitos mínimos por meio das políticas públicas, que se apresentam com a finalidade de atender demandas, concretizar direitos e negociar conflitos.

Chauí (2014) esclarece que o capital busca incentivar seu mercado em todos os setores, assim a mercantilização realizada pelo sistema em todas as esferas sociais, tem base no princípio de livre mercado; o sistema abre o precedente de proporcionar a população o mínimo, por meio das políticas públicas e políticas sociais e, ao mesmo tempo, deixa o mercado aberto para que as empresas privadas ofereçam o máximo para a população que pode pagar.

Frigotto (2011) na obra “Mercantilização do Ensino Superior” apresenta a reflexão do posicionamento do Estado em favor da iniciativa privada, em detrimento do setor público. Focando no ensino superior e considerando o sucateamento de instituições públicas, movimento apontado por Frigotto (2001), a privatização surge como uma oportunidade de ganho ao capital que se dá a partir da abertura da educação como um novo mercado comercial. Nesse Sentido, Santos (2011) sinaliza o abandono das universidades públicas, por parte do Estado, que atuou como um catalizador para o crescimento desse mercado do ensino superior, o que na atualidade já vemos como realidade.

### **3. Reflexões sobre a reforma do ensino superior no Brasil**

Para Peixoto (2004, p. 10), no texto “A Reforma da Educação Superior” a implementação do projeto neoliberal no sistema educacional, em especial o sistema de ensino superior, com a abertura do mercado ao setor privado, trouxe uma nova configuração de educação superior no mundo, e no Brasil, configuração essa, que tem vinculação direta aos interesses de organismos financeiros internacionais, tal qual o Banco Internacional para Reconstrução Desenvolvimento

(BIRD), o qual surge em 1944 com o objetivo de auxiliar os países europeus mais devastados pela guerra a se reerguerem.

Na atualidade, a função do BIRD, conforme Peixoto (2004, p. 13) é atuar promovendo o desenvolvimento dos países periféricos por meio de empréstimos e investimentos, reformas e abertura de mercados novos, o que ocorreu e ainda ocorre no Brasil, voltados a educação superior, esse movimento promoveu e incentivou a saída da educação da esfera exclusivamente pública, promovendo reformas educacionais e abrindo o campo educacional de ensino superior como mercado.

Os objetivos do BIRD, no período do final do século XX e início do século XXI, foram, em suma, direcionados ao desenvolvimento dos países em seu âmbito humano, educacional e profissional, considerando que o resto do mundo estava se desenvolvendo tecnologicamente, os países periféricos necessitavam se integrar minimamente para que pudessem ser criadores e/ou, ao menos público das novas tecnologias comercializadas, fomentando os novos mercados (Souza, 2001, p. 17).

A partir dessas orientações, o Brasil deu início a sua reforma educacional, desde o ensino básico ao ensino superior, seguindo as diretrizes postas pelos relatórios do Banco Mundial e tendo como foco que deveria caminhar para acompanhar o desenvolvimento mundial da era globalizada.

Dentro da visão apresentada nos relatórios do BIRD, o Brasil passou a focar no desenvolvimento da educação, posto que “a educação é requisito fundamental para assegurar o desenvolvimento, a longo prazo, alivia a pobreza e reduz a desigualdade” (BIRD, 2001, p.1).

Neste sentido, o Brasil passou a criar programas e projetos voltados a melhoria da educação, sobretudo, a educação básica, pois segundo aponta Souza (2001, p.17), “na educação primária, geralmente faz sentido o ensino público gratuito, para fazer avançar a sociedade em geral e dar cobertura aos pobres”.

Em relação ao ensino de nível profissionalizante e superior, as orientações do Banco Mundial apresentam uma conotação diferente, considerando que a orientação norteadora aos países financiados pelo BIRD é a de que “para obter financiamento do Banco Mundial, os Estados demandantes necessitam ajustar suas políticas e seguir as orientações estabelecidas por essa instituição” (BIRD, 2001, p.1-3), todavia os documentos de direcionamento aos países pontuam que “os países precisam elaborar suas próprias estratégias [...] as prioridades devem ser tomadas no âmbito nacional para refletir as prioridades nacionais” (BIRD, 2000, VI).

De acordo com Abramides (2004, p. 21) a despeito das orientações do modelo neoliberal, o conceito de “Estado mínimo e o máximo de mercado”, passa a ser aplicado de forma mais efetiva em todos os âmbitos, sobretudo, a lógica mercantil no ensino superior, a educação antes vista, em primeiro lugar, como um direito social universal, passa a ser concebida com uma mercadoria e, desse ponto de vista, se iniciam os processos de privatizações e desmonte dos serviços públicos.

Trazendo para foco a reforma do ensino superior brasileiro, teve cunho neoliberal e apresentando como alvo a ampliação do ensino através da abertura de novas vagas, principalmente pela via das instituições privadas de ensino, a nível fundamental, médio e superior. Isso se deu focando na mercantilização da educação, sucateando as instituições públicas e oferecendo vagas de Bolsas de estudo em instituições privadas; bolsas essas que são subsidiadas pelo governo, que acaba investindo dinheiro no setor privado ao invés de investir no setor público (Abramides, 2004, p. 24).

Peixoto (2004, p. 14) enfatiza que o governo passou a seguir pela via da mercantilização do ensino superior consentindo com a criação de cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância (EAD), estabelecendo parcerias público-privadas com centros universitários privados além, de criar programas de financiamento estudantil, como o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, cujo o programa oferece bolsas parciais e integrais em universidades privadas, o governo optou por seguir a ordenação do sistema neoliberal e criou todo o projeto da reforma favorecendo as universidades privadas em total detrimento da universidade pública, segundo censo do MEC/INEP: Em 2002, foram autorizadas 230 instituições – todas privadas; um crescimento de 19% em um ano.

Nesse cenário, as Universidades públicas encontram-se como um elo mais frágil, posto que sua autonomia científica e pedagógica assenta-se na dependência financeira do Estado e com a postura estatal de redução de investimentos em políticas sociais, em especial, a redução de gastos com a educação, a tendência do mercado é converter a educação em um bem totalmente mercantilizado, tal projeto passou a vigorar com intensidade no mundo a partir da década de 1980 e no Brasil, a partir da década de 1990, quando se passou a intitular-se a reforma da universidade pública, que na verdade veio a efetivar-se como o desmonte da universidade pública





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Forroni (2004) em seu texto “Cotas para Negros na Universidade: um compromisso educativo de promoção de igualdade racial e social” evidencia que as mudanças trazidas pela reforma neoliberal, a partir do governo Lula, também se basearam na declaração de Durban, no qual a escravidão é considerada uma tragédia histórica e reconhece que a escravidão tem sim rebatimentos ainda na atualidade e que tem relação direta com o racismo existente na sociedade. O documento propõe em seu programa de ação a criação de uma política de reparação, buscando amenizar os danos a esses povos e também idealizando minimizar o abismo social oriundo da escravidão.

Segundo Foroni (2004, p. 41), essas ações afirmativas são apontadas como extremamente necessárias pela Declaração de Durban, na Declaração sobre Raça e Preconceitos Raciais, e também, pela Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

Conforme Foroni (2004, p. 41), historicamente, o Brasil é um país racista, mesmo após a abolição da escravatura em 1888 o país continua sendo extremamente racista e a população negra ainda sofre rebatimentos dessa escravidão em forma de preconceitos em todos os setores da sociedade. Em 2004, segundo o IBGE 63% dos pobres do Brasil eram negros.

O objetivo das ações afirmativas, primeiramente, eram ampliar o acesso à universidade, mas também diversificar o perfil do universitário brasileiro e proporcionar o acesso à universidade de forma mais justa. Nesse sentido, foram criadas cotas para outros públicos como: PCD'S, alunos de escola pública, indígenas e quilombolas, as ações voltadas aos acessos e a permanência dos alunos nos cursos objetivando a formação desses alunos no tempo previsto pelas universidades federais.

Dessa maneira, para Gomes (2001) as ações afirmativas são descritas como um conjunto de instrumentos político-sociais que proporcionam a efetivação do princípio constitucional da igualdade, por meio de um tratamento diferenciado, justificado e temporário de alguns grupos em razão dos mesmos terem sido historicamente discriminados, posto isso as ações afirmativas surgem no ambiente universitário, com o desafio de torná-lo mais plural, para tanto, foram criadas ações de entrada por cotas e ações de permanência nas Universidades.

Trazendo a discussão para o âmbito do ensino superior Foroni (2004, p. 42), e considerando todo o contexto de racismo e desigualdades sociais e étnicas, traz que fica clara a necessidade da implantação de ações afirmativas na área educacional, tendo em vista que uma marca histórica de exclusão e pobreza está atrelada a falta da educação.

As principais ações afirmativas implementadas no Brasil pós-ditadura foram a Lei 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que trouxe mudanças a LDB e tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, a partir de 2004. A nível superior foi aprovada a Lei 12.7111, que foi sancionada em 29 de agosto de 2012 e trata sobre as cotas para o ensino superior, e a primeira universidade Federal a implantar esta lei foi a Universidade de Brasília (UNB) no ano de 2012 (Campos, 2013, p. 69).

Voltadas ao ensino superior às cotas buscam proporcionar uma ampliação na entrada dessas classes, antes excluídas do ambiente universitário, além de ampliar essa entrada, objetivam proporcionar apoio aos alunos buscando viabilizar melhores condições e suporte para que possam permanecer e concluir seus cursos em tempo hábil esperado.

Para além das ações afirmativas de entrada foi sancionado, em 2010, o Decreto nº 7.234/2010, que estabelece a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo principal objetivo era ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, além de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e proporcionar subsídios para a permanência e conclusão de seu curso superior.

Assim, as ações afirmativas são direcionadas não apenas ao acesso, mas também a permanência dos alunos cotistas, por meio de programas e projetos, que são subsidiados pelo PNAES.

#### **4. Considerações finais**

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância da educação no modo de produção capitalista, como ela é fundamental para a consolidação e continuidade desse sistema, visto que os trabalhadores alienados não chegam a perceber a exploração que sofrem e por isso não buscam a transformação de sua realidade. Mézáros (2018, p. 27), aponta que é necessário romper com a lógica do capital para contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. Ele ressaltando que o impacto real da lógica de perpetuação do capitalismo por meio da educação só será ultrapassado com planejamento consciente de como quebrar as regras do mercado, estudando e se aprofundando nas táticas de exploração do sistema, para então criar estratégias de contraposição.

A partir desse ponto de vista, evidenciasse um caminho para a superação da realidade atual por meio do advento da educação crítica, apontando que por meio da educação crítica





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

aprofundada é possível o rompimento com a alienação, e para que essa superação da alienação ocorra é necessário que a própria população, a partir da educação que dispõem busque se aprofundar e ocupar novos espaços educacionais, como o ambiente universitário, que se transforma com o contexto da ideologia neoliberal.

As cotas e ações afirmativas representaram ganhos a classe trabalhadora, elas possibilitam que esse acesso à universidade e educação crítica e com isso rompimento com a alienação e possibilidade de transformação da atualidade, tais ganhos foram conquistados e não dados e representam esperança para desafios para o presente – de ocupar essas vagas e lutar para a ampliação delas -- e esperança para o futuro, porém é identificável que há um caminho longo a ser trilhado para que cheguemos há uma transformação concreta da realidade, as cotas e ações afirmativas são os primeiros degraus de uma longa escadaria.

Com isso concluímos que é necessário que haja uma continuidade das ações governamentais no sentido de valorizar a educação superior, investir nas Universidades Públicas e na democratização do acesso à elas, viabilizando a garantia do direito social a educação que está explícito na constituição de 1988, art.6º, como sendo um direito social de todo cidadão, e para que isso venha a ocorrer, é necessário que a população traga esse tema para a arena de debate das políticas públicas e que os governantes se posicionem na defesa desse direito, por meio de propostas, investimento material e essencialmente em buscar que a Universidade seja de acesso a todas as pessoas, sem mais existir processos seletivos que acabam por excluir parte da sociedade.

Assim, conclui-se que é necessário que haja uma mudança radical no movimento da sociedade, para que venha a acontecer uma mudança real na sociedade atual, e a evolução para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 5. Referências

ABRAMIDES, M. B.. A reforma do ensino superior no Brasil sob a lógica neoliberal no governo Lula. **Revista PucViva**. n. 21, p. 21-29; 2004.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. 2010

\_\_\_\_\_. Lei 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003. **Que traz mudanças na LDB**.

\_\_\_\_\_. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. **Lei de cotas para o ensino superior**.

BIRD. **Cartilha de Recomendações aos Países**. 2001.

CAMPOS, Laís Rodrigues. **Do quilombo a Universidade: trajetória, relatos e representações e desafios de estudantes quilombolas as Universidade Federal do Pará – Campus Belém quanto a permanência**. 2016. **Dissertação** (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Belém: Universidade Federal do Pará- Instituto de Ciências da Educação, 2016.

**Censo 2002** – MEC/INEP.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Fundação Perseu Abramo: Autêntica Editora. 2014.

FORONI, Y., MELLO, A. **Cotas para negros na Universidade: um compromisso educativo de promoção de igualdade racial e social**. Revista PUCViva. n. 21, p. 41-47; 2004.

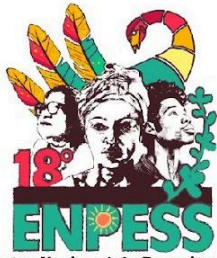
FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade**. Rio de Janeiro, São Paulo. 2001. BRASIL. Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan (2018). **Educação para além do capital**. Porto Alegre: Boitempo Editora, 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

PEIXOTO, G. M.. **A reforma da educação superior**. Revista PUCViva. Nº 21, p. 09-19; 2004.

SOUZA, F. H. M.. **Estratégias do banco Mundial e definição de políticas educacionais no brasil**. Revista PUCViva. n. 14, p. 16-22; 2001.